



# BOLETIM OFICIAL

---

---

## SUMÁRIO

**Assembleia Nacional:**

Secretaria-Geral.

**Chefia do Governo:**

Gabinete do Primeiro-Ministro.

**Ministério das Infraestruturas, Transportes e Mar:**

Gabinete do Ministro.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

**Ministério da Saúde:**

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

**Ministério da Administração Interna:**

Gabinete do Ministro.

**Ministério das Finanças e Administração Pública:**

Direcção de Administração.

Direcção-Geral da Administração Pública.

**Ministério da Justiça:**

Direcção-Geral da Administração.

Comando Central da Polícia Judiciária.

**Ministério do Ambiente e Agricultura:**

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

**Ministério da Educação e Ensino Superior:**

Direcção de Recursos Humanos.

**Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade:**

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

**Ministério da Cultura:**

Instituto do Arquivo Histórico Nacional.

**Procuradoria-Geral da República:**

Conselho Superior do Ministério Público.

**Município do Porto Novo:**

Câmara Municipal.

## ASSEMBLEIA NACIONAL

## Secretaria-Geral

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da Assembleia Nacional:

De 30 de Junho de 2008:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Erodina Gonçalves Monteiro, no cargo de Directora de Gabinete do Grupo Parlamentar do Movimento para a Democracia, com efeitos a partir de 25 de Junho de 2008.

Despachos de S. Ex<sup>a</sup> o Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Nacional, por delegação de S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da Assembleia Nacional:

De 27 de Maio de 2008:

Paulo Jorge de Pina Mendes, licenciado em Comunicação-Habilitação, Jornalismo, nomeado para, em regime probatório, exercer o cargo de redactor de 2<sup>a</sup> classe, referência 13, escalão A, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, ao abrigo do n.º 3 do artigo 7º e alínea c) do n.º 2 do artigo 19º, da Lei n.º 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, conjugados com o artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Rosinda Irene Monteiro dos Santos, licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Ingleses e Franceses, nomeada para, em regime probatório, exercer o cargo de redactora de 2<sup>a</sup> classe, referência 13, escalão A, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, ao abrigo do n.º 3 do artigo 7º e alínea c) do n.º 2 do artigo 19º, da Lei n.º 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, conjugados com o artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Paulo Ferreira Veríssimo, licenciado em Sociologia, nomeado para, em regime probatório, exercer o cargo de redactor de 2<sup>a</sup> classe, referência 13, escalão A, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, ao abrigo do n.º 3 do artigo 7º e alínea c) do n.º 2 do artigo 19º, da Lei n.º 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, conjugados com o artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no código 3.01.01.03 do Orçamento Privativo da Assembleia Nacional. – (Visados pelo Tribunal de Contas a 30 de Junho de 2008).

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 3 de Julho de 2008. – O Secretário-Geral, *Eutrópio Lima da Cruz*.

—oço—

## CHEFIA DO GOVERNO

## Gabinete do Primeiro-Ministro

Despachos de S. Ex<sup>a</sup> o Primeiro-Ministro:

De 19 de Junho de 2008:

Rita Teresa Fernandes Lobo, reintegrada no Ministério da Saúde na categoria de ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão D, ao abrigo e nos termos dos artigos 3º, 5º e 7º da Lei n.º 86/IV/2006, de 26 de Dezembro, com colocação na Delegacia de Saúde de São Filipe.

Pedro Escolástico Ferreira Barbosa, reintegrado no Ministério da Educação e Ensino Superior na categoria de oficial administrativo, referência 8, escalão D, ao abrigo e nos termos dos artigos 3º, 5º e 7º da Lei n.º 86/IV/2006, de 26 de Dezembro.

José dos Reis Silva, reintegrado no Ministério da Saúde na categoria de oficial administrativo, referência 8, escalão B, ao abrigo e nos termos dos artigos 3º, 5º, e 7º da Lei n.º 86/IV/2006, de 26 de Dezembro, com colocação na Delegacia de Saúde do Maio.

Vicente Francisco Delgado Monteiro, reintegrado no Ministério da Educação e Ensino Superior na categoria de oficial administrativo, referência 8, escalão B, ao abrigo e nos termos dos artigos 3º, 5º e 7º, da Lei n.º 86/IV/2006, de 26 de Dezembro.

Gabinete do Primeiro-Ministro, na Praia, aos 1 de Julho de 2008. – O Director de Gabinete, *Pedro Andrade Semedo*.

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS,  
TRANSPORTES E TELECOMUNICAÇÕES

## Gabinete do Ministro

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro de Estado e das Infraestruturas, Transportes e Telecomunicações:

De 2 de Julho de 2008:

É exonerado, a seu pedido, João Carlos Nobre Leite, do cargo de Presidente do Conselho de Administração do Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR), com efeito a partir da data do presente Despacho.

Gabinete do Ministro das Infraestruturas, Transportes e Telecomunicações, na Praia, aos 4 de Julho de 2008. – A Directora de Gabinete, *Gertrudes Soares*.

Direcção-Geral de Planeamento,  
Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro de Estado e das Infraestruturas, Transportes e Telecomunicações:

De 2 de Julho de 2008:

Maria Luísa de Sena Afonseca Almeida, assistente administrativo, referência 6, escalão C, do quadro da Direcção de Serviço de Recursos Humanos e Patrimoniais do Ministério das Infraestruturas, Transportes e Mar, concedida licença sem vencimento de longa duração num período de 1 (um) ano, nos termos do artigo 47º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir do próximo dia 7 de Julho do corrente mês.

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Infraestruturas, Transportes e Mar, na Praia, aos 4 de Julho de 2008. – A Directora-Geral, *Edna Sequeira*.

—oço—

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Recursos Humanos  
e Administração

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro de Estado e da Saúde:

De 26 de Junho de 2008:

Arcelinda Lima Barreto, médica principal, escalão IV, índice 175, exercendo, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Directora do Hospital “Dr. Agostinho Neto”, dada por finda, a seu pedido, a referida comissão, com efeitos a partir da data em que tomar posse o novo titular do cargo.

Orlando do Rosário Lopes Andrade, médico geral, escalão IV, Índice 100, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, que se encontrava em regime de comissão ordinária de serviço, como vereador profissionalizado da Câmara Municipal da Ribeira Brava, dada por finda a referida comissão, com o consequente regresso ao quadro de origem, nos termos do disposto no artigo 42º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho.

Despacho da Directora-Geral da Saúde - por delegação de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro de Estado e da Saúde:

De 26 de Junho de 2008:

Eduína Júlia Pires, técnica auxiliar, referência 5, escalão C, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, em serviço no Hospital “Dr. Baptista de Sousa”, transferida, a seu pedido, para a Delegacia de Saúde do Sal.

Ivarlino José Branco Pedro, enfermeiro geral, escalão V, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, nomeado definitivamente no respectivo cargo, nos termos do disposto no artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Nilton dos Santos Miranda, enfermeiro geral, escalão V, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, nomeado definitivamente no respectivo cargo, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Ana Paula dos Santos Oliveira, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, nomeada definitivamente no respectivo cargo, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Zaida Maria Silva Lopes, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, nomeada definitivamente no respectivo cargo, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 30:

Sheila Maria Delgado Lopes, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, nomeada definitivamente no respectivo cargo, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 1 de Julho:

Célia Tavares Martins, enfermeira geral, escalão I, índice 110, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, concedida licença sem vencimento de longa duração, pelo período de 1 (um) ano, nos termos do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir do dia 1 de Julho de 2008.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, na Praia, aos 3 de Julho de 2008. — O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

—oço—

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Gabinete do Ministro

Despacho de S. Ex.ª o Ministro da Administração Interna:

De 30 de Junho 2008:

Alcides Canuto Júnior, técnico superior, referencia 13, escalão A, do quadro do pessoal da Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Administração Interna, exonerado a seu pedido, nos termos da alínea *d*) do n.º 1, 2 e 3 do artigo 28.º, da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008.

Gabinete do Ministro da Administração Interna, na Praia, aos 3 de Julho de 2008. — O Director de Gabinete, *José Henrique Moreno Mendes*.

—oço—

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Direcção de Administração

Extracto de Contrato de Trabalho a Termo autorizada pela S. Ex.ª a Ministra das Finanças e Administração Pública:

De 13 de Fevereiro de 2008:

Maria Augusta Vieira Tavares Ascenção Silva, licenciada em Gestão e Marketing, é contratada para desempenhar funções na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, na categoria de técnica de finanças, referência 12, escalão E, ficando colocado na Repartições de Finanças da Boa Vista, nos termos da alínea *a*) do n.º 3 e dos n.ºs 1 e 5 do artigo 24.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na rubrica 3.01.01.03, do pessoal contratado da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. — (Visado pelo Tribunal de Contas).

Despacho de S. Ex.ª a Secretária de Estado Adjunta da Ministra das Finanças e Administração Pública, por delegação de S. Ex.ª a Ministra das Finanças e Administração Pública:

De 3 de Março de 2008:

Guiomar de Fátima Barbosa Amado Tavares, oficial administrativo, referência 8, escalão D, do quadro de pessoal da Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Administração Pública, na situação de licença sem vencimento desde 6 de Setembro do ano 2000, regressa no seu quadro de origem nos termos dos artigos 50.º e 51.º do Decreto-Lei n.º 3/93, de 5 de Abril.

A despesa tem cabimento na rubrica 3.01.01.02, do pessoal do quadro do Ministério das Finanças e Administração Pública. — (Visado pelo Tribunal de Contas aos 24 de Junho de 2008).

Despacho da Directora do Hospital “Dr. Agostinho Neto”:

De 16 de Novembro de 2007:

Manuel Sanches, funcionário da Direcção Geral das Alfândegas, homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento em 16 de Janeiro de 2007, que é do seguinte teor:

“Que as faltas dadas ao serviço de 28 de Novembro de 2006 até 2 de Janeiro de 2007, sejam justificadas”.

De 1 de Julho de 2008:

Eurídio Silva Faria Barros, funcionário da Direcção de Administração, do Ministério das Finanças, homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento em 1 de Julho de 2008, que é do seguinte teor:

“Que as faltas dadas ao serviço de 20 de Novembro de 2007 até 20 de Maio de 2008, sejam justificadas”.

Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Administração Pública, na Praia, aos 3 de Julho de 2008. — A Directora, *Carla Soares de Sousa*.

### Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho do Director-Geral da Contabilidade Pública por delegação de S. Ex.ª o Ministro das Finanças e Administração Pública:

De 6 de Junho de 2008:

Maria da Graça Barbosa, na qualidade de viúva de Alberto Lopes Barbosa, que foi Polícia de Ordem Pública, aposentado, falecido a 11 de Julho de 2007, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º, n.º 1, alínea *d*) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, a pensão de sobrevivência anual de 138.744\$00 (cento e trinta e oito mil, setecentos e quarenta e quatro escudos).

Este despacho produz efeitos a partir de 12 de Julho de 2007, de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

A despesa tem cabimento na verba da Org. 10.12, Div.15, Cl. 3.05.03.01.02, do Orçamento vigente do Ministério das Finanças e Administração Pública.

Ana Teresa Lopes Oliveira, na qualidade de viúva de Adelino Cruz Oliveira, que foi Polícia de Capitania, aposentado, falecido a 25 de Setembro de 2007, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º, n.º 1, alínea *d*), do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, a pensão de sobrevivência anual de 317.958\$00, (trezentos e dezassete mil, novecentos e cinquenta e oito escudos).

Este despacho produz efeitos a partir de 26 de Setembro de 2007, de acordo com o art.º 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Ana Maria Barbosa Vicente Monteiro Macedo Barbosa, na qualidade de viúva de Francisco Assis Macedo Barbosa, que foi técnico, referência 12, escalão D, do Ministério do Ambiente e Agricultura, aposentado, falecido a 7 de Junho de 2007, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º, n.º 1, alínea *d*) do Estatuto de Aposentação e da

Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, a pensão de sobrevivência anual de 646.488\$00 (seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito escudos).

Este despacho produz efeitos a partir de 8 de Junho de 2007, de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Maria Ruthelder Pires Ferreira de Moraes Leite Gomes Martins, na qualidade de viúva de Paulo Ananias Gomes Martins, que foi Oficial de Diligências, do Tribunal de Comarca de S. Vicente, aposentado, falecido a 3 de Janeiro de 2007, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º, n.º 1, alínea *d*) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, a pensão de sobrevivência anual de 231.252\$00 (duzentos e trinta e um mil, duzentos e cinquenta e dois escudos).

Este despacho produz efeitos a partir de 4 de Janeiro de 2007, de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 24 de Junho de 2008).

Augusta Semedo Borges, na qualidade de viúva de Cecílio da Moura, que foi contínuo da Escola do Ensino Complementar da Calabaceira, aposentado, falecido a 22 de Setembro de 2007 - fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º n.º 1 alínea *d*) da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, uma pensão de sobrevivência a seu favor no valor anual de 54.627\$00 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e vinte e sete escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva ..... 54.627\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 22 de Setembro de 2006, de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Junho de 2008).

As despesas têm cabimento na verba da Orgânica 10.12, Div, 15 – Cl. 3.05.03.01.02 - Encargos Comuns do Orçamento vigente do Ministério das Finanças e Administração Pública.

#### RECTIFICAÇÕES

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 22/2008, II Série, de 11 de Junho, o despacho de S. Ex.º o Secretário de Estado da Administração Pública, por delegação da S. Ex.ª a Ministra das Finanças, respeitante à aposentação de Arlindo Zacarias Lopes da Silva, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Por despacho do Director-Geral da Contabilidade Pública, de 25 de Junho de 2007, foi autorizado o pedido de pagamento das quotas em atraso para efeito de compensação de aposentação, referente ao período de 15 anos, 1 mês e 10 dias.

Deve ler-se:

Por despacho do Director-Geral da Contabilidade Pública, de 25 de Junho de 2007, foi autorizado o pedido de pagamento das quotas em atraso para efeito de compensação de aposentação, referente ao período de 5 anos, 1 mês e 10 dias.

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 24/2008, II Série, de 2 de Julho, o despacho do Director-Geral da Contabilidade Pública, por delegação de S. Ex.ª a Ministra das Finanças e Administração Pública, respeitante à pensão de sobrevivência da menor Melanie Medina Andrade Alves Azevedo, filha de Napoleão Andrade Alves Azevedo de novo se publica o seguinte:

Despacho do Director-Geral de Contabilidade Pública, por delegação de S. Ex.ª a Ministra das Finanças e Administração Pública:

De 3 de Junho de 2008:

Jorge Manuel Andrade Alves Azevedo, na qualidade de procurador de Maria de Lourdes Andrade Alves Azevedo Fernandes, que é tutora legal da menor Melanie Medina Andrade Alves Azevedo, filha de Napoleão Andrade Alves Azevedo, ex-Director da Escola Secundária Cónego Jacinto, falecido a 30 de Junho de 2006, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º, 70.º n.º 1 alínea *d*) da Lei n.º 61/III/89, de 30

de Dezembro, a pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 248.016\$00 (duzentos e quarenta e oito mil e dezasseis escudos), conforme a discriminação seguinte:

Filha

Melanie Medina Andrade Alves Azevedo ..... 248.016\$00

Tem a pagar a quantia de 458.396\$00, referente as quotas em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 229 prestações, sendo a primeira prestação no valor de 2.002\$00 e as restantes prestações no valor de 1.940\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 1 de Julho de 2006, de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

A despesa tem cabimento na verba da Org.10.12, Div. 15, Cl. 3.05.03.01.02 do Orçamento vigente do Ministério das Finanças e Administração Pública. – (Visado pelo Tribunal de Contas, em 13 de Junho de 2008).

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 4 de Julho de 2008. – A Directora de Serviço, *Balbina Gonçalves*.

—oço—

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Direcção-Geral da Administração

Despacho conjunto de S. Ex.º o Ministro da Justiça e S. Ex.ª o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades:

De 03 de Abril de 2008:

Maria da Glória Mascarenhas Monteiro, oficial notária de 3.ª classe, referência 6, escalão A, do quadro privativo dos Registos, Notariado e Identificação, ora na situação de licença sem vencimento de longa duração nos termos do disposto nos artigos 47.º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, convertida a respectiva licença de longa duração para exercer funções em Organismo Internacional — UNICEF (United Nations Children's Found), em Timor Leste, ao abrigo das disposições combinadas dos artigos 44.º n.º 1, alínea *d*) e n.º 2, 57.º, n.º 1 alínea *b*), 58.º, n.º 2, 59.º, n.º 1 e 60.º, do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 1 de Março de 2006.

Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, na Praia, 23 de Junho de 2008. – O Director-Geral, *Horácio Semedo*.

### Comando Central da Polícia Judiciária

Despacho de S. Ex.º o Ministro da Justiça:

De 18 de Fevereiro de 2008:

Maria da Luz Brito Ferreira, lofoscopista, referência 7, escalão A, na Subinspecção do Sal, que se encontrava de licença sem vencimento de longa duração regressa ao seu quadro de origem ao abrigo do n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeito a partir da data da publicação.

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.02, do pessoal do quadro do orçamento da Polícia Judiciária. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 24 de Junho de 2008).

Comando Central da Polícia Judiciária, na Praia, aos 2 de Julho de 2008. – O Director dos Serviços de Administração Geral, *Manuel António Torres Lopes*.

—oço—

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE E AGRICULTURA

### Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex.ª a Ministra do Ambiente e Agricultura:

De 27 de Junho de 2008:

Ana Maria Gomes dos Santos, técnica de referência 12, escalão B, quadro definitivo do Ministério do Ambiente e Agricultura, colocada



na Delegação de Santo Antão, a seu pedido, é transferida para a Delegação de São Vicente, nos termos dos artigos 3.º a 5.º do Decreto-Lei n.º 87/92, de 16 de Julho.

Júlio César Costa Monteiro, Técnico de referência 12, escalão B quadro definitivo do Ministério do Ambiente e Agricultura, colocada na Delegação de Santo Antão, a seu pedido, é transferido para a Delegação de São Vicente, nos termos dos artigos 3.º a 5.º do Decreto-Lei n.º 87/92, de 16 de Julho.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente e Agricultura, na Praia, aos 2 de Julho de 2008. — A Directora da Administração, *Iara Anancy Abreu Gonçalves Fernandes*.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

### Direcção dos Recursos Humanos

Despacho de S. Ex.º o ex-Ministro da Educação, Cultura e Desportos:

De 7 de Junho de 2001:

Dulce Helena Brito Soares Pires, professora de ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de funções na Escola de Formação de Professores de Ensino Básico, Concelho da Praia, nomeada definitivamente na carreira docente, ao abrigo do n.º 1 do artigo 19.º, alínea c) do n.º 3 do artigo 39.º, ambos do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na verba inscrita, classificação económica 01.01.09 do orçamento do MEVRH para o ano 2003. — (Visado pelo Tribunal de Contas aos 24 de Fevereiro de 2003).

Despacho de S. Ex.º o Secretário de Estado da Educação, por delegação de competências da Ministra da Educação e Ensino Superior:

De 20 de Junho de 2008:

É dada por finda a requisição na Câmara Municipal do Paul, de Hélder Avelino Hilária Lopes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva na Delegação do Ministério da Educação e Ensino Superior do Paul, ao abrigo dos artigos 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 87/92, de 16 de Julho, com consequente regresso às actividades lectivas na referida Delegação, com efeitos a partir de Junho de 2008.

De 26:

Ana Maria Chantre dos Santos, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, em exercício de funções na Escola Secundária Amor de Deus, concedida a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do início do ano lectivo 2008/09.

Fátima da Conceição de Sousa Carvalho, professora do ensino secundário principal, referência 10, escalão D, em exercício de funções no Liceu Domingos Ramos, concedida a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do início do ano lectivo 2008/09.

Despacho de S. Ex.º o Secretário de Estado da Educação:

De 3 de Janeiro de 2008:

Ana Maria Gomes Teixeira Delgado Freire, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva na Delegação do Ministério da Educação e Ensino Superior de Santa Catarina, autorizada o regresso ao quadro de origem, ao abrigo do n.º 1, artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, conjugado com o n.º 2, artigo 68.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004 de 29 de Março, com efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2008.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita na rubrica 03.01.01.02 — Pessoal quadro do Ministério da Educação e Ensino Superior, para o ano lectivo 2007/08. — (Visado pelo Tribunal de Contas aos 24 de Junho de 2008).

## RECTIFICAÇÕES

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 45, II Série, de 7 de Dezembro de 2005, o despacho de S. Ex.º a Ministra da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, de 4 de Agosto de 2005, referente a nomeação definitiva do professor de ensino secundário de primeira, referências 9, escalão A, António Juvelino Furtado Cardoso, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Director da Escola Secundária Alfredo da Cruz, de novo se publica na parte que interessa.

Onde se lê:

...referência 8, escalão A...

Deve ler-se:

...referência 9, escalão A...

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 18, II Série, de 09 de Maio de 2007, o despacho de S. Ex.º o Secretário de Estado da Educação, de 19 de Abril de 2007, respeitante a redução de 02 horas sobre a carga horária semanal da componente lectiva, da professora do ensino secundário, referência 8, escalão C, Maria Antónia de Pina Silva Spínola, em exercício de funções na escola secundária de Palmarejo, de novo se publica na parte que interessa.

Onde se lê:

...referência 7, escalão B...

Deve ler-se:

...referência 8, escalão C...

Direcção de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Ensino Superior, na Praia, aos 27 de Junho de 2008. — O Director, *José Avelino Rodrigues de Pina*.



## MINISTÉRIO DA ECONOMIA, CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE

### Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho conjunto de S. Ex.º a Ministra das Finanças e da Administração Pública, S. Ex.º o Ministro das Infraestruturas, Transportes e Mar e S. Ex.º o Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade:

De 26 de Junho de 2008:

No âmbito do Programa de Privatizações em curso, o Governo tem em vista a alienação da “CABNAVE — Estaleiros Navais de Cabo Verde”, inserida na estratégia de transformação económica do País com a criação de um centro de serviços de pesca e reparação naval a ser sediado na Ilha de São Vicente.

Nesse âmbito e tendo em vista o interesse demonstrado pela empresa CNFC — Chinese National Fishing Corporation nas instalações da CABMAR/CABNAVE, é criada uma Comissão de Acompanhamento integrada pelos elementos mais abaixo indicados, com as seguintes atribuições:

1. Preparar, em coordenação com a UCP – CC (Unidade de Coordenação do Projecto Crescimento e Competitividade) toda a tramitação necessária à avaliação dos activos imobilizados dos Estaleiros Navais de Cabo Verde;

2. Encetar as discussões preliminares com a CFNC, tendo em vista a preparação de dossier a ser submetido ao Governo justificando, nos termos da lei-quadro de privatizações, a opção pela discussão directa com um parceiro estratégico, no processo de privatização da CABNAVE/CABMAR;

3. Coordenar com a UCP — CC as demais acções que se revelarem necessárias, tendo em vista a condução do processo de privatização dos Estaleiros Navais de Cabo Verde.

A Comissão de Acompanhamento é constituída pelos seguintes elementos:

- Dr. Alexandre Fontes, Presidente da Cabo Verde de Investimentos, que preside;
- Dra. Alcinda Duarte, representante do MFAP — Ministério das Finanças e da Administração Pública;
- Dr. Claudio Duarte, representante do MITM — Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar;
- Eng. Terêncio Alves, representante do MECC — Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade;
- Dr. Rui Cardoso Santos, representante da UCP — Crescimento e Competitividade.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, na Praia, aos 30 de Junho de 2008. — A Directora Administrativa, *Juliana Carvalho*.

—o\$—

## MINISTÉRIO DA CULTURA

### Instituto do Arquivo Histórico Nacional

Despacho do Presidente do Instituto do Arquivo Histórico Nacional:

De 30 de Junho de 2008:

Ana Maria dos Reis Soares de Carvalho, técnica superior de nível IX, escalão B, do quadro de pessoal do Instituto do Arquivo Histórico Nacional - concedida licença sem retribuição pelo período de um ano a contar do dia 7 de Julho de 2008, ao abrigo das alíneas f) e q) do nº 1 do artigo 11º do Decreto-Regulamentar nº 7/2003, de 13 de Outubro, conjugado com os nºs 1 e 2 do artigo 192º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro que aprova o Código Laboral Cabo-verdiano.

(Isento do visto do Tribunal de Contas).

Instituto do Arquivo Histórico Nacional, na Praia, aos 1 de Julho de 2008. — O Presidente, *Humberto Elisio da Cruz Lima*.

## PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

### Conselho Superior do Ministério Público

EXTRACTO DE DESPACHO

De 30 de Junho 2008

É nomeado Manuel António Baptista Silva, Delegado do Ministério da Educação e Ensino Superior, sob proposta da S. Exª a Procuradora da República da Comarca da Boa Vista para, cumulativamente com as suas funções, exercer o cargo de substituto do Procurador da República nessa Comarca.

Está Conforme

Procuradoria-Geral da República, na Praia, aos 30 de Junho de 2008. — O Secretario Judicial, *José Luís Varela Marques*.

—o\$—

## MUNICÍPIO DO PORTO NOVO

### Câmara Municipal

Despacho de S. Exª o Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo:

De 17 de Abril de 2008:

José Gabriel Dias Santos, técnico profissional de 1º nível, funcionário do quadro privativo da Câmara Municipal do Porto Novo, concedido licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, nos termos do nº 1 do artigo 47º e nº 1 do artigo 48º, ambos do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 4 de Agosto do corrente.

De 10 de Junho:

Ana Paula Ferreira Santos Vera-Cruz, técnica profissional de 2º nível, referência 7, escalão D, funcionária do quadro privativo da Câmara Municipal do Porto Novo, em situação de licença sem vencimento de longa duração por um período de 1 (um) ano, concedida prorrogação da respectiva licença por igual período de tempo, nos termos do nº 1 do artigo 47º e nº 1 do artigo 48º, ambos do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril de 1993.

Câmara Municipal do Porto Novo, aos 10 de Junho de 2008. — O Presidente, *Amadeu João da Cruz*.



## BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: [incv@gov1.gov.cv](mailto:incv@gov1.gov.cv)

Site: [www.incv.gov.cv](http://www.incv.gov.cv)

### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

### ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série .....	8.386\$00	6.205\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00
III Série .....	4.731\$00	3.154\$00

Para países estrangeiros:

	Ano	Semestre
I Série .....	11.237\$00	8.721\$00
II Série.....	7.913\$00	6.265\$00
III Série .....	6.309\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página ..... 15\$00

### PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página .....	8.386\$00
1/2 Página .....	4.193\$00
1/4 Página .....	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

# PREÇO DESTA NÚMERO — 90\$00